



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ- CCIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO

ALINE XAVIER DA SILVA CRUZ

**JORNALISTAS NEGRAS DE IMPERATRIZ-MA: MEMÓRIAS E
TRAJETÓRIAS**

IMPERATRIZ- MA

2025



ALINE XAVIER DA SILVA CRUZ

JORNALISTAS NEGRAS DE IMPERATRIZ-MA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Relatório técnico apresentado ao
Curso de Jornalismo, da
Universidade Federal do
Maranhão – CCIM, como requisito
parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Roseane
Arcanjo Pinheiro

IMPERATRIZ- MA

2025



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Xavier da Silva Cruz, Aline.

JORNALISTAS NEGRAS DE IMPERATRIZ-MA: MEMÓRIAS E
TRAJETÓRIAS / Aline Xavier da Silva Cruz. - 2025.
45 f.

Orientador(a): Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro.
Monografia (Graduação) - Curso de Jornalismo,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

1. Jornalismo. 2. Trajetórias. 3. Mulheres Negras.
4. Imperatriz. 5. Maranhão. I. Arcanjo Pinheiro, Dra.
Roseane. II. Título.



Aline Xavier da Silva Cruz

JORNALISTAS NEGRAS DE IMPERATRIZ-MA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Data:

Banca examinadora

Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro- (orientadora)- UFMA

Dr. Domingos Alves de Almeida - UFMA

Dra. Luciana da Silva Souza - UFMA

IMPERATRIZ

2025



Dedico este trabalho à minha mãe, Alice, a minha maior apoiadora e incentivadora dos meus sonhos.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir concluir esta graduação, e aos santos a quem sou devota por me darem forças em momentos que pensei que seria impossível.

Agradeço imensamente e especialmente à minha mãe, Alice Xavier, por sempre me apoiar em minhas decisões e escolhas, por ter sempre me dado a melhor educação possível, por me incentivar e por ser um exemplo de mulher, mãe e profissional. Você é incrível.

Agradeço também à minha família, meu irmão Sebastião, que mesmo com nossas diferenças sempre esteve presente em minha trajetória, me apoiando.

Agradeço ao meu avô, Afonso da Silva, e à minha querida avó Maria Xavier (*In Memoriam*) por todo o apoio e incentivos para eu terminar minha graduação, e por sempre me ensinarem a importância do estudo para ter uma vida melhor.

Agradeço ao meu tio querido, Carlos Alberto Xavier, por seus conselhos, as conversas sobre educação, política e algumas briguinhas, mas sempre incentivador de meus estudos.

Agradeço à minha prima Amanda Xavier, que mesmo longe se faz presente, pelas longas conversas por telefone, pelos conselhos, testemunhos, e força para nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu primo, Deyvison Vieira, por ser meu gêmeo e por me oferecer sua ajuda nesse projeto.

Agradeço às minhas melhores amigas, Ana Paula de Souza, Karine Marinho, Karyne Dequeixes, Karol Marinho e Leticia Oliveira. Muito obrigada por todos os incentivos, por sempre estarem ao meu lado, por me ajudarem a não ficar louca. Vocês são minhas irmãs de alma!

Agradeço aos meus amigos pelo apoio em todos os momentos da vida acadêmica, que me incentivaram a nunca desistir, por mais difícil que pareça estar, em especial aos meus amigos da UFMA, Denise Ribeiro, Fabiana Viana, Guilherme Silva e Venilson Cordeiro.

Agradeço às minhas mães de coração, Eudes Maria e Soerlane Souza, por sempre me acolherem em suas famílias, me apoiarem, por toda ajuda e carinho.



Agradeço aos meus filhos pets por serem um alento ao meu coração, meus companheiros de estudos durante dias e noites.

Agradeço também as minhas professoras queridas, Leila Sousa e Luciana Souza, por me incentivarem nesse percurso acadêmico, por acreditarem em mim e no meu potencial.

E, por fim, todo o meu agradecimento à minha orientadora, Roseane Arcanjo, que desde o segundo período me auxiliou de forma extraordinária. Agradeço pela orientação e toda a assistência.

A todos, a minha gratidão e meu muito obrigada!!!



O futuro me acena, vou, sigo o sol, sigo a luz,
mesmo se faz escuro, a esperança é meu norte.

(Zeca Baleiro, em A estrada me chama).



RESUMO

Esta pesquisa apresenta trajetórias de mulheres jornalistas negras da cidade de Imperatriz, no Maranhão, com idades entre 22 e 35 anos, além de reflexões sobre as identidades construídas, as memórias e desafios enfrentados desde a infância até a atualidade, e o porquê da escolha na carreira no jornalismo. O trabalho é resultado de outra investigação, “Jornalismo, Cidadania e Mercado de Trabalho”, que foi desenvolvido entre os anos de 2021 a 2024, integrado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos - Maria Firmina dos Reis. Realizado por meio de entrevistas estruturadas, apresenta contribuições teóricas de Sodré (2011), Souza (2009) e Pollak (1992). A partir dos relatos, as principais conclusões são que as memórias documentam acontecimentos marcantes, dentre eles momentos traumáticos relacionados ao gênero e à raça, como constrangimentos e pressões relacionadas ao corpo, estética, além de jornadas de trabalho pesadas, situações que configuram o racismo enfrentado no dia a dia das profissionais.

Palavras-chave: Jornalismo; Trajetórias; Mulheres Negras; Imperatriz; Maranhão.



ABSTRACT

This research presents the trajectories of black women journalists from the city of Imperatriz, in Maranhão, aged between 22 and 35, as well as reflections on the identities they have constructed, the memories and challenges they have faced from childhood to the present day, and why they chose a career in journalism. The work is the result of another investigation, “The Journalism, Citizenship and Labor Market Project”, which was developed between 2021 and 2024, as part of the Interdisciplinary Center for Studies, Research and Extension in Communication, Gender and Feminisms - Maria Firmina dos Reis. The study was carried out using structured interviews, with theoretical contributions from Sodré (2011), Souza (2009) and Pollak (1992). Based on the interviewees' accounts, the main conclusions are that the memoirs contain significant events, including traumatic situations related to gender and race, as well as long working hours and pressures related to aesthetics.

Keywords: Journalism; Trajectories; Black women; Imperatriz; Maranhão.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JORNALISMO E MEMÓRIA.....	14
2.1 Raça e Gênero.....	18
2.2 Racismo Estrutural	21
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
3.1 Entrevistas Estruturadas	24
4. MULHERES NEGRAS NO JORNALISMO.....	25
RELATOS DE IMPERATRIZ: Escolhas, desafios e resistências.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	47

1. Introdução

O objetivo geral deste trabalho é mapear a trajetória de vida de mulheres jornalistas na cidade de Imperatriz, no Maranhão, com a faixa etária entre 22 a 35 anos. Os objetivos específicos deste trabalho são: realizar entrevistas estruturadas para identificar como essas mulheres negras entraram no mundo do jornalismo, a influência da família, os momentos importantes, desafios enfrentados até o momento. Há também o levantamento de dados históricos, culturais e políticos sobre a temática.

Para ser possível responder essas questões e levantar esses dados, delimitarei que minhas entrevistadas fossem mulheres com idades entre 22 a 35 anos, que se autodeclaram pretas da cidade de Imperatriz, formadas em jornalismo e que exercem a profissão na atualidade. Os nomes dessas entrevistadas não serão divulgados nesse estudo, para preservar suas identidades. Por isso, optamos por substituir o nome de cada jornalista por letras alfabéticas.

O estudo é resultado de outra investigação da qual participei: O Projeto Jornalismo, Cidadania e Mercado de Trabalho, que foi desenvolvida entre os anos de 2021 a 2024, integrado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos - Maria Firmina dos Reis, coordenada pela prof.^a Leila Lima de Sousa.

Esse contato com o núcleo, me despertou o interesse em fazer este trabalho, e trazer as memórias dessas mulheres através de seus relatos. Sou uma mulher preta, de 27 anos e os relatos das entrevistadas me representam em alguns pontos. Fui criada por mãe solo, uma mulher preta, professora, que sempre buscou por meio da educação me dar a melhor base possível e apoio para que também através da educação buscar uma vida melhor. Então, neste trabalho vocês verão relatos que também me representam indiretamente.

Temos aporte teórico de autores e autoras das áreas da Comunicação, História e Sociologia, tais como Sodré (2011), Souza (2009), Pollak (1992), Gonzalez (1984), entre outros. O trabalho contará com reflexões de pesquisas qualitativas e quantitativas, sobre o contexto entre memória, raça e gênero.

Além das contribuições no grupo de pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória – JOIMP, coordenado pela profa. Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro, do qual participo

desde o ano de 2022 até o presente momento. Nestes anos, desenvolvi pesquisas relacionadas à mídia e memória, pesquisas de campo, projeto de extensão, além da participação em congressos e simpósios. Essas contribuições foram de suma importância para o desenvolvimento deste estudo, pois pude trazer parte do aporte teórico e experiências adquiridas durante a graduação.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, construída por meio de experiências, vivências e narrativas compartilhadas (POLLAK, 1992). Diante disso, vemos que o campo do jornalismo se configura como um espaço de grande relevância no acréscimo de histórias que marcam comunidades, sendo também um reflexo direto das dinâmicas sociais, culturais e raciais que transpõem determinadas regiões.

A atuação de jornalistas negras neste cenário não apenas contribui para uma maior variedade de vozes e representatividade, mas também desafia estruturas enraizadas na exclusão e invisibilidade. Analisar suas trajetórias permite compreender não só desafios enfrentados, mas também memórias e as contribuições significativas para a formação de um meio jornalístico mais diversificado e representativo.

A memória também é compreendida como eixo de identidade individual e coletiva. A partir desta perspectiva, de autores como Halbwachs (1990), Pollak (1992) e Nora (1993), a pesquisa investiga como a memória dessas jornalistas nos permite saber desde como eram na infância, suas famílias, a escolha do curso superior até como se encontram hoje no mercado de trabalho.

Pesquisas indicam que, embora haja uma crescente presença feminina no jornalismo, persistem barreiras relacionadas a estereótipos de gênero e limitações no acesso a posições de liderança (LELO, 2019). No caso de jornalistas negras, essas questões são potencializadas por interseccionalidades que envolvem raça e gênero.

Ao abordar as interseções entre memória, jornalismo e gênero, o presente trabalho busca ampliar o debate sobre diversidade no campo midiático, ressaltando a importância de documentar e analisar as experiências de jornalistas negras como parte essencial da história da comunicação no Brasil e principalmente na cidade de Imperatriz. O reconhecimento dessas trajetórias contribui não apenas para o resgate histórico, mas também para a promoção de um ambiente jornalístico mais inclusivo,

refletindo a diversidade de vivências e pessoas que fazem parte da sociedade brasileira.

Estudos sobre a memória e o protagonismo feminino mostram a importância de reconhecer as contribuições de mulheres jornalistas na construção de narrativas midiáticas. Lima *et al.* (2023) investigam o protagonismo de jornalistas mulheres em um jornal regional, salientando os marcos deixados por essas profissionais. No entanto, há uma lacuna no que diz respeito às experiências específicas de jornalistas negras, cujas memórias e trajetórias permanecem pouco ou nada representadas nos estudos acadêmicos, especialmente nas pesquisas regionais.

2. JORNALISMO E MEMÓRIA

No presente capítulo, pretendemos relacionar estudos sobre o jornalismo, enquanto prática social, cultural e política, conforme reconhecido como um campo fundamental na construção de narrativas e representações que moldam a percepção coletiva da sociedade. No entanto, a ausência dessas diversidades nas redações jornalísticas e a reprodução de estereótipos em reportagens, por exemplo, evidenciam um problema estrutural que afeta a representatividade nos meios de comunicação. Segundo Santos (2018), o jornalismo, ao funcionar como mediador entre os fatos e o público, carrega a responsabilidade de refletir as diversidades existentes na sociedade, mas frequentemente falha em incluir perspectivas historicamente marginalizadas, como as de mulheres, negros e outros grupos pouco representados.

Conforme o Censo de 2022, 20,6 milhões de pessoas se autodeclararam pretas. Em comparação a 2010, houve um aumento de 42,3% da população preta. No Maranhão, esse percentual chega a 82,5% (IBGE, 2019). O perfil do jornalista brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) fez um levantamento onde indica que o jornalismo em geral é exercido em sua maioria por “mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%) e de até 40 anos”. Na pesquisa, as/os profissionais autodeclaradas/os negras/os correspondem a quase 30,0% (20,6% pardas/os e 9,3% pretas/os).

Entretanto, nos espaços da mídia, a representação de jornalistas mulheres negras é baixa. Segundo a pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira (LARA; RIBEIRO; BANDEIRA, 2021), dados mostram que o Nordeste concentra a maioria das profissionais negras/os (38,89%).

Segundo Gonzalez, quando interseccionamos raça e gênero, mulheres negras se encontram em uma posição de desvantagem na divisão de trabalho, comparadas às demais, pois a mulher negra é sempre vista pela sociedade como faxineira, cozinheira, prostituta, há sempre um estereótipo (GONZALEZ, 1984). A abordagem interseccional tem ganhado crescente relevância no debate público e acadêmico, especialmente em questões relacionadas à violência de gênero, à desigualdade no mercado de trabalho e à representatividade política. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), mulheres negras continuam sendo o grupo mais afetado pela pobreza e pela violência doméstica, refletindo a intersecção de sistemas de desigualdade racial e de gênero.

Nesse sentido, é essencial considerar abordagens interseccionais na formulação de políticas públicas. A inclusão de perspectivas que levem em conta as experiências de mulheres negras pode promover soluções mais eficazes e justas para combater a desigualdade estrutural.

Muniz Sodré (2011) argumenta que o jornalismo desempenha um papel central na constituição de subjetividades e na legitimação de identidades sociais. Ele observa que, ao selecionar e hierarquizar eventos para a produção de notícias, a mídia frequentemente reforça relações de poder e exclusão, silenciando vozes periféricas. Esse processo, que ocorre tanto de forma explícita quanto implícita, é sustentado por uma lógica institucionalizada de privilégios, na qual narrativas centradas em grupos dominantes são priorizadas em detrimento de histórias que representem a diversidade social.

A representatividade no jornalismo não é apenas uma questão ética, mas também uma forma de democratizar a informação e oferecer ao público um retrato mais fiel da realidade. Carneiro (2005) destaca que a construção de narrativas que promovam a inclusão é uma ferramenta essencial para o combate ao racismo e às desigualdades estruturais. No entanto, a inserção de profissionais negros, mulheres e outros grupos historicamente excluídos no jornalismo enfrenta barreiras que vão desde a formação acadêmica até a ascensão a cargos de destaque nas redações e mídia.

Nesse contexto, é fundamental refletir sobre o papel das organizações midiáticas na promoção da diversidade e na desconstrução de estereótipos. A inclusão de profissionais de diferentes origens e vivências não apenas enriquece o jornalismo, mas também amplia as possibilidades de cobertura e interpretação dos

fatos, permitindo que as notícias sejam analisadas sob inúmeras perspectivas. Como apontam Benetti e Christofolletti (2010), a pluralidade de vozes é essencial para a credibilidade e relevância do jornalismo em uma sociedade democrática.

Além disso, a representatividade na mídia vai além da presença de profissionais de grupos minoritários. Ela se manifesta também nas narrativas produzidas, nos enfoques adotados e nos personagens escolhidos para protagonizar as histórias. A transformação dessa realidade exige uma revisão crítica das práticas jornalísticas, acompanhada de políticas institucionais que favoreçam a inclusão e a equidade no ambiente de trabalho.

Portanto, a construção de um jornalismo mais representativo requer esforços coletivos e contínuos. Como afirma Santos (2018), é necessário um compromisso ético e político com a inclusão e a valorização das múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira. Essa transformação, embora desafiadora, é indispensável para que o jornalismo cumpra seu papel social de informar com justiça, diversidade e profundidade.

A proposta aqui não é entrar em uma discussão aprofundada e didática sobre a história do jornalismo, mas sim correlacionarmos brevemente com o objetivo principal deste estudo, que é trazer uma análise das memórias e trajetórias de jornalistas negras e como elas estão inseridas no jornalismo de Imperatriz, investigando suas contribuições, desafios e percepções. Identificando o perfil delas, se atuam no mercado de trabalho, em cargos dentro ou fora da mídia. Resgatar suas memórias e compreender suas experiências, trazendo suas narrativas.

A memória é um dos conceitos centrais nos estudos contemporâneos em diversas áreas do conhecimento. De forma geral, podemos compreender a memória como o processo de registro, conservação e recuperação de informações, experiências e significados ao longo do tempo. Entretanto, as interpretações e dimensões do conceito variam conforme o campo de estudo e os autores que o abordam.

Segundo Halbwachs (1990), a memória não pode ser considerada um fenômeno apenas individual. Em sua obra sobre a memória coletiva, ele argumenta que as lembranças individuais estão especificamente conectadas às interações sociais e às estruturas de pertencimento a determinados grupos. Para Halbwachs, a memória coletiva é um construto social que reflete os valores, as tradições e os interesses compartilhados de uma comunidade.

Halbwachs também destaca a importância do papel das instituições sociais, como a família, a religião e o Estado, na organização da memória coletiva. Nesse sentido, a memória é mediada por marcos simbólicos e materiais, como monumentos, rituais e narrativas históricas, que promovem a continuidade e a coerência identitária de um grupo.

“Assim, se encontrarmos mais tarde membros de uma sociedade que se tornou para nós a tal ponto estranha, por mais que nos encontremos no meio deles, não conseguimos reconstituir com eles o grupo antigo. É como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se o encarássemos de um ponto de onde nunca o vimos.” (HALBWACHS, 2004, p.31)

Pierre Nora (1993), por sua vez, introduz a noção de “lugares de memória” (“les lieux de mémoire”), que são espaços, objetos ou práticas onde a memória coletiva permanece e se expressa. Esses lugares podem ser físicos, como museus e arquivos, ou simbólicos, como, por exemplo, as datas comemorativas. Nora enfatiza que os lugares de memória surgem em contextos de ruptura com o passado, quando as conexões espontâneas com a tradição são enfraquecidas, exigindo mecanismos de preservação artificial da memória.

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, produzir atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993: 13).

De acordo com Pollak (1992), a memória, seja ela individual ou coletiva, é constituída por eventos, pessoas e lugares. As vivências podem ser aquelas experimentadas diretamente por nós ou aquelas que, mesmo não sendo experimentadas pessoalmente, foram vividas pelo grupo ao qual pertencemos, criando assim uma memória “coletiva”. Além disso, inclui locais, como uma casa da infância repleta de lembranças emocionais, assim como monumentos, registros, arquivos, fotografias, entre outros.

Ainda segundo Pollak (1992), a memória vai além de uma experiência individual, ela é uma construção coletiva, organizada e moldada no presente, e transmitida em parte ao longo do tempo. Ele observa que, no caso da memória herdada, há uma conexão fenomenológica entre memória e senso de identidade. Este último é entendido como a imagem que se cria e se apresenta para si e para os outros.

Então, pode-se afirmar que a memória é um componente essencial na formação do sentimento de identidade pessoal e coletiva por atuar como elemento crucial para o sentimento de continuidade e coerência, seja em nível individual ou sem grupo, em seu processo de reconstrução.

É compreensível que haja conflitos entre memória individual e coletiva, pois é fenômeno construído tanto do individual quanto do social. Nesse sentido, “a memória e a identidade tornam-se valores disputados em conflitos sociais e entre grupos, especialmente em situações que colocam em oposição diferentes grupos políticos” (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Autores como Hoskins (2009) abordam a chamada “memória midiática”, na qual as plataformas digitais desempenham um importante papel na preservação e disseminação de conteúdos memoráveis. Esse contexto “atual” amplia as possibilidades de acesso e compartilhamento de memórias, e também levanta questões sobre a fragilidade e a divisão das experiências.

A memória, por sua natureza seletiva, é constantemente alimentada e reconfigurada pelos processos históricos e pelas narrativas midiáticas. Waly Salomão, citado por Musse e Henriques (2023), afirmou que “a memória é uma ilha de edição”, destacando seu caráter de construção e reconstrução contínua.

Esses estudos demonstram que a mídia não apenas reflete, mas também constrói e reconstrói memórias, influenciando a maneira como os indivíduos e as sociedades lembram e interpretam o passado. A interação entre mídia e memória é, portanto, um campo fértil para investigações que buscam compreender os processos de formação da identidade coletiva e as dinâmicas de poder presentes na sociedade.

2.1 Raça e gênero

A compreensão de raça e gênero é de suma importância para a análise das dinâmicas sociais e das desigualdades presentes na sociedade brasileira. Esses conceitos, embora distintos, estão profundamente interligados e influenciam as experiências individuais e coletivas. As desigualdades raciais e de gênero não são meramente conjunturais, mas estruturais, influenciando o acesso a direitos, oportunidades e condições de vida.

Alguns conceitos de raça têm sido amplamente debatidos nas ciências sociais. Embora desprovido de fundamentação biológica, é utilizado para descrever construções sociais que categorizam indivíduos com base em características físicas,

como cor da pele e traços faciais. Segundo Telles (2003), a categoria raça não possui base científica sólida, e os pareceres populares são repletos de incertezas.

No entanto, o critério de autoidentificação é amplamente aceito, permitindo que cada indivíduo se reconheça como parte de uma respectiva cultura, com uma identidade e trajetória de vida próprias.

Wade (2017) aponta que as percepções de raça são construídas culturalmente e variam entre diferentes sociedades. O autor discute como as concepções raciais na América Latina diferem das norte-americanas, destacando que, enquanto nos Estados Unidos a categorização racial tende a ser mais rígida, em países latino-americanos há uma fluidez maior nas classificações raciais, o que, no entanto, não impede a reprodução de desigualdades.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota a autodeclaração para classificar a população em cinco categorias de cor ou raça: branca, preta, parda, amarela e indígena. De acordo com os resultados do Censo 2022, pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população brasileira (45,3%) se declarou como parda, seguida por 43,5% que se declararam brancas, 10,2% pretas, 0,8% indígenas e 0,4% amarelas.

Carneiro (2003) argumenta que as mulheres negras ocupam um lugar de subalternidade dentro das estruturas sociais e que suas experiências não podem ser compreendidas apenas a partir de um viés racial ou de gênero isoladamente. Para ela, o racismo e o sexismo operam conjuntamente, moldando as possibilidades de ascensão social e acesso a direitos fundamentais.

Carneiro (2011) enfatiza que o conceito de “racismo institucional” explica como as desigualdades são mantidas por estruturas e práticas sociais que perpetuam a exclusão da população negra. Segundo a autora, a luta contra o racismo deve levar em consideração as questões de gênero, pois as mulheres negras enfrentam desafios específicos que decorrem da intersecção dessas opressões e que a interseccionalidade entre raça e gênero é um fator determinante para compreender as desigualdades no Brasil. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam formas específicas de opressão que combinam racismo e sexismo.

A interseccionalidade é um conceito que busca compreender como diferentes categorias sociais, como raça, gênero e classe, interagem e produzem experiências únicas de opressão ou privilégio. Bell Hooks (1981) discute as complexidades da

opressão enfrentada pelas mulheres negras, destacando que a luta feminista deve considerar também as questões raciais.

Hirata (2018) desenvolve o conceito de consubstancialidade para analisar a interdependência das relações sociais de raça, gênero e classe, especialmente no mundo do trabalho. No Brasil, a desocupação e a informalidade afetam mais intensamente mulheres negras, refletindo disparidades históricas e estruturais. Quando falamos em gênero, no geral ele é compreendido como uma construção social que atribui significados e papéis a indivíduos com base em seu sexo biológico.

Butler (1990) argumenta que o gênero não é uma essência natural, mas sim um conjunto de atuações reguladas por normas sociais. Inspirada nos estudos de Michel Foucault, Butler compreende o gênero como um saber acerca das diferenças sexuais, que está imbricado com relações de poder. Silvia Almeida (2019), destaca que o racismo e o sexismo estão profundamente entrelaçados nas instituições sociais, perpetuando desigualdades históricas.

O conceito de gênero também é entendido como uma construção social, que define papéis, comportamentos e expectativas associados a homens e mulheres. Scott (1995) destaca que o gênero não é apenas uma questão de identidade individual, mas um sistema de poder que estrutura as relações sociais e influencia as dinâmicas políticas e econômicas.

Os estudos sobre gênero estimulam vários sentidos. Marlisse Matos conceitua o gênero como uma construção social atribuída ao sexo, e leva em conta aspectos sociais. Matos (2008), ainda diz que o gênero não se limita às distinções biológicas entre homens e mulheres, mas refere-se a um conjunto de normas, valores e expectativas sociais atribuídas aos indivíduos com base em sua identidade de gênero. Esse entendimento permite analisar como diferentes sociedades estruturam papéis e comportamentos, influenciando dinâmicas de poder e dominação.

Segundo Santos (2007), o gênero deve ser analisado a partir de sua interseção com outras categorias sociais, como classe e raça, pois as experiências de homens e mulheres não são homogêneas. Ele ainda argumenta que a construção do gênero está atrelada a processos históricos que variam conforme o contexto cultural e político de cada sociedade. Dessa forma, é fundamental considerar as múltiplas formas de opressão que afetam indivíduos de diferentes grupos sociais.

Para Teixeira (2019) a percepção de gênero é constantemente reforçada por meio das instituições sociais, como a família, a escola e os meios de comunicação. Essas instituições desempenham um papel crucial na reprodução de estereótipos e na naturalização das desigualdades de gênero. Além disso, ela aponta que o avanço das discussões sobre identidade de gênero tem levado a um questionamento das normas tradicionais, promovendo maior visibilidade para grupos historicamente marginalizados.

2.2 Racismo Estrutural no Brasil

O racismo estrutural constitui um conceito central para compreender as desigualdades raciais no Brasil, caracterizando-se pela incorporação histórica e sistemática do racismo nas instituições sociais, políticas e econômicas do país. Silvio Almeida (2019) ressalta que o racismo estrutural não se manifesta apenas por atos individuais de discriminação, mas também através de dinâmicas institucionais e culturais que perpetuam a desigualdade racial de maneira invisível e cotidiana.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. Durante anos, milhares de africanos foram traficados e escravizados, sendo submetidos a condições desumanas e desprovidos de qualquer direito (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A abolição não foi acompanhada de políticas que garantissem a inclusão social e econômica da população negra, consolidando a marginalização socioeconômica e cultural que persiste até os dias de hoje.

Ao longo do século XX, a ideologia da democracia racial, defendida por autores como Gilberto Freyre, contribuiu para mascarar as desigualdades raciais, promovendo a ideia de que o Brasil seria uma nação miscigenada e isenta de racismo. Todavia, diversos estudos, como os realizados por Florestan Fernandes (1978), mostram que essa narrativa disfarça as dinâmicas de exclusão e preconceito enraizadas na sociedade brasileira.

O racismo estrutural no Brasil é evidente em vários lugares, incluindo educação, mercado de trabalho e acesso à saúde. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) revelam que pessoas negras representam a maioria entre os mais pobres, com maior vulnerabilidade ao desemprego, trabalho informal e menores salários em relação aos brancos. A proporção de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%).

No sistema de justiça criminal, a discriminação é também evidente. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2021), jovens negros têm maior probabilidade de serem assassinados, compondo 77% das vítimas de homicídios no país, e a taxa de mortalidade neste mesmo ano foi de 31,0%. Essa desigualdade é um reflexo de estruturas de poder que criminalizam e marginalizam corpos negros, perpetuando um ciclo de exclusão e violência.

Silvio Almeida, em sua obra *Racismo Estrutural* (2019), argumenta que o racismo não deve ser tratado como uma questão moral ou individual, mas sim como um fenômeno integrado às instituições e práticas sociais. Almeida destaca que combater o racismo estrutural requer uma transformação profunda nas estruturas de poder, promovendo políticas públicas antirracistas e mudanças culturais que desafiem as hierarquias raciais naturalizadas.

O racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019. p.16).

O trabalho de Abdias do Nascimento também é fundamental nesse debate. Em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), Nascimento denuncia o extermínio sistemático da população negra e critica a falta de reconhecimento e reparação histórica para os descendentes de africanos escravizados. Enfrentar o racismo estrutural exige a combinação de medidas estruturais e culturais.

Políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais no ensino superior e no serviço público, têm se mostrado eficazes na redução das desigualdades educacionais e profissionais (CARVALHO, 2005). Além disso, iniciativas que promovam a valorização da cultura negra e a educação antirracista podem contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

A participação ativa da sociedade civil também é crucial. Movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado, têm desempenhado papel central na luta por direitos e igualdade racial, ampliando o debate público e pressionando por mudanças políticas e institucionais.

Para promover uma sociedade mais inclusiva, é necessário que haja políticas públicas de inclusão. O racismo estrutural no Brasil é uma herança histórica que se perpetua através de dinâmicas institucionais e culturais, comprometendo a construção de uma sociedade justa e igualitária. Apenas através de um

compromisso coletivo será possível superar as desigualdades raciais e abrir espaço para que haja a promoção de uma sociedade mais inclusiva.

3. Percurso Metodológico

O tema do meu trabalho foi definido entre o 5 e 6º período da graduação, a escolha se deu devido à minha participação em grupos de pesquisa sobre raça, gênero e feminismos. Com isso, o interesse em estudar mulheres negras no jornalismo em Imperatriz.

Este estudo utilizou, inicialmente, pesquisas bibliográficas e documentais, recorrendo a pesquisas em sites, acervos digitais, matérias publicadas sobre o assunto e análise de materiais já publicados sobre o tema, como livros, artigos científicos, teses. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é um procedimento fundamental que permite ao pesquisador obter conhecimento aprofundado sobre o assunto em questão, além de possibilitar a identificação de lacunas no conhecimento existente. Já a análise documental é uma ferramenta que busca compreender a identificação e verificação de documentos, com finalidade de chegar a alguma conclusão (MOREIRA, 2005, p. 276).

A análise documental, muito mais do que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações e momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2005, p. 276).

A busca, leitura e análise de artigos, livros e pesquisas foram fundamentais para trazer essa discussão sobre os percalços enfrentados durante toda sua trajetória de vida das jornalistas negras. A ancorou-se também de análise biográfica, com o objetivo de entender as entrevistas das mulheres selecionadas. Ouvir suas histórias de vida, as lembranças da infância, da escola, o presente e os desejos futuros. Como tema central desse trabalho, trazer as memórias e trajetórias de vida dessas mulheres.

Oliveira (2020, p. 222) diz que a análise biográfica “permite com que se compreenda a realidade social do indivíduo estudado”. Gobbi (2005) diz que a análise biográfica é um recurso metodológico que está conquistando grande espaço em pesquisas qualitativas, que buscam a coleta de dados sobre histórias e memórias de determinados indivíduos, capturando histórias de vidas de pessoas.

3.1 Entrevistas estruturadas

Para a elaboração deste trabalho, primeiramente recorri a entrevistas com as mulheres selecionadas, essas mulheres já faziam parte de uma pesquisa da qual participei chamada “Projeto Jornalismo, Cidadania e Mercado de Trabalho”, coordenada pela professora Dra. Leila Lima Sousa da UFMA campus Imperatriz. Outro fator determinante para as escolhas delas foi a que elas atuam no mercado jornalístico local. A pesquisa teve início no ano de 2021 e encerrou no ano de 2024.

Utilizamos como técnica de pesquisa a entrevista estruturada, a fim de obter informações específicas sobre essas mulheres. Ribeiro (2008) argumenta que a entrevista é uma ferramenta necessária para a captação de dados e resultados sobre o objeto pesquisado, sendo o mesmo válido para o jornalismo. Existem dois tipos comuns de entrevistas: a estruturada e a semiestruturada. A primeira consiste em um roteiro com perguntas prontas que devem ser seguidas durante as conversas.

Ribeiro (2008, p. 141) diz que a entrevista “[...] é a técnica mais indicada quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permite conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento”.

Para preservar a identidade das participantes desta pesquisa, os nomes serão codificados, usaremos no texto, letras. O período das entrevistas com as jornalistas foi entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025.

O encontro com a entrevistada A ocorreu em 07 de dezembro de 2024, em seguida com a entrevistada B, em 16 de dezembro de 2024, a terceira com a entrevistada D em 13 de janeiro de 2025, com a entrevistada F em 30 de janeiro de 2025 e com a entrevistada E em 02 de fevereiro de 2025, aconteceram em formato online, pela plataforma Google Meet, por preferência das entrevistadas. Já a entrevista com a jornalista D ocorreu em uma reunião presencial no dia 8 de janeiro de 2025. Utilizei um aparelho celular para gravar as entrevistas, seguindo a ordem de 10 perguntas. Essas perguntas envolviam assuntos como:

- Trajetória;
- Escola;
- Infância e juventude;

- Graduação;
- Mercado de trabalho;
- Desafios enfrentados.

O prazo para realizar as entrevistas foi curto, algumas aconteceram cerca de uma semana após o contato, outras cerca de um mês depois. O tempo das entrevistas variou entre 15 minutos e 1h30, com algumas tratamos de assuntos além das perguntas, outras as conversas ficaram limitadas apenas ao roteiro. Durante essas conversas, pude notar a importância que a família delas tem em suas vidas e como a educação foi transformadora na vida de todas elas.

4. MULHERES NO JORNALISMO

Quando tratamos da história do jornalismo, refletimos não apenas transformações sociais e tecnológicas, mas também dinâmicas de gênero presentes no mercado de trabalho. De acordo com Souza (2009), as mulheres começaram a ter acesso à profissionalização na década de 1960, época em que surgiram os primeiros cursos de jornalismo no país. Esse marco representou uma conquista importante para as mulheres. No entanto, mesmo com todos esses anos de história, a área ainda apresenta dificuldades para mulheres. Apesar de mais de meio século de participação feminina no jornalismo, desafios significativos continuam, evidenciando desigualdades que limitam o desenvolvimento das mulheres na área do jornalismo.

Um estudo conduzido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), intitulado “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”, revelou que, embora as mulheres representem 64% dos estudantes de jornalismo e 58% dos jornalistas na faixa etária de 20 a 29 anos, elas ainda enfrentam barreiras significativas no mercado de trabalho. Uma das questões mais evidentes é a disparidade salarial: as mulheres recebem, em média, 19% menos que seus colegas homens. Essa diferença nos revela uma desigualdade de gênero que ainda persiste em um setor que deveria ser guiado para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades.

A pesquisa também aborda a sub-representação das mulheres negras no jornalismo brasileiro, evidenciando a necessidade de uma abordagem interseccional

para compreender as diversas camadas de discriminação enfrentadas por essas profissionais. Outro aspecto destacado pelo estudo é a prevalência de assédio e discriminação de gênero nas redações. Cerca de 73% das jornalistas afirmaram ter ouvido comentários ou piadas de natureza sexual sobre mulheres no ambiente de trabalho. Além disso, 64% relataram sofrer abuso de poder ou autoridade por parte de chefes, ou fontes, e 70,4% admitiram ter recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis durante o exercício da profissão. Esses números evidenciam a negligência com o bem-estar e a falta de segurança, especialmente dessas mulheres jornalistas.

A situação torna-se ainda mais preocupante ao se considerar a questão racial. Ainda segundo o mapeamento do artigo “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”, a escassez da representação de mulheres negras, seja em universidades quanto nas redações. Embora as mulheres formem a maioria dos estudantes de jornalismo, a maioria é branca, refletindo desigualdades históricas no acesso à educação superior. Falando de interseccionalidade, Crenshaw (2002) diz que é um instrumento indispensável para analisar as experiências dessas jornalistas, uma vez que são duplamente marginalizadas por serem negras e mulheres, elas enfrentam desafios únicos em comparação a suas colegas brancas ou aos homens. Essa perspectiva permite uma análise mais profunda das desigualdades enfrentadas por essas profissionais.

Historicamente, as mulheres negras estiveram em posições de marginalização tanto nos movimentos feministas, que priorizavam a experiência das mulheres brancas de classes média e alta, quanto nos movimentos antirracistas, que frequentemente negligenciavam questões de gênero. Essa exclusão dupla reforça a necessidade de abordagens interseccionais para compreender suas experiências.

Hooks (1981) destaca que o racismo e o sexismo estão intrinsecamente ligados e operam juntos para oprimir mulheres negras, não apenas através da discriminação social, mas também no campo econômico, político e cultural.

Munanga (2019) sinaliza que o racismo estrutural é uma das principais barreiras para a inclusão das mulheres negras no jornalismo. Isso porque historicamente há uma exclusão com as populações negras nos espaços de poder e prestígio. No campo jornalístico, percebemos essa exclusão na ausência de mulheres negras em posições de destaque, além da falta de representação adequada nas narrativas midiáticas. Isso impacta não apenas as profissionais, mas

também a construção de uma mídia variada e verdadeiramente representativa da diversidade brasileira.

Martín-Barbero (2009) diz que a comunicação desempenha um papel fundamental na mediação cultural, sendo um espaço essencial para a construção de identidades sociais. A falta de diversidade nas redações e nas narrativas jornalísticas limita as possibilidades de criar um ambiente midiático inclusivo, que reflita as múltiplas histórias da população brasileira.

Para enfrentar essas desigualdades, é importante adotar políticas de inclusão e promoção da equidade no jornalismo. Isso inclui não somente a implementação de mecanismos que garantam que mulheres participem de cargos de liderança, mas também a criação de ambientes de trabalho seguros e respeitosos. A pessoa negra, principalmente a mulher, no Brasil sempre enfrenta um racismo, segundo Jodelet (1998).

“um ‘racismo autorreferencial’, cujos termos estabelecem a superioridade hierárquica do racista-, a qual é frequentemente detentor de poder [...] e um ‘racismo hétero-referencial’ ou ‘heterofóbico’, que imputa às características da vítima a alocação num lugar inferior e maléfico” (JODELET, 1998, p.59).

Se a luta dos negros no Brasil é dolorosa, quando falamos de mulher negra é ainda pior. Ser mulher e negra é sofrer duas vezes. “O racismo e sexismo funcionam como operadores simbólicos da forma como as mulheres negras são retratadas no país” (GALDINO, 2018, p.40).

Amorim (2021), em sua dissertação de mestrado “ O corpo está no contrato? Estudos sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz”, traz dados sobre e relatos sobre mulheres jornalistas em Imperatriz, e frisa que quando se trata de cor/raça, mulheres negras não ocupam nenhum cargo de chefia, que sofrem uma objetificação múltipla, por serem mulheres e pretas, além da violência em forma de assédio.

Atualmente, no cenário jornalístico, no televisivo em especial, já temos uma representação negra e feminina à frente das bancadas de telejornais, como Aline Aguiar, Aline Midlej e Maju Coutinho em rede nacional. No Maranhão, temos em Imperatriz a jornalista Diulia Sousa e, em São Luís, a apresentadora Vanessa Fonseca.

A participação dessas mulheres no telejornalismo é de suma importância, a representação delas serve de inspiração para outras mulheres negras que sonham em serem jornalistas, com seus cabelos crespos, suas tranças, seus diferentes

biótipos. Mas essa participação ainda é limitada, quando levamos em consideração a quantidade de profissionais negras que existem no mercado, como apontada em dados nos capítulos anteriores desta pesquisa.

RELATOS DE IMPERATRIZ: escolhas, desafios e resistências

Na dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), “A pele que habito: a construção da identidade profissional de jornalistas negros de Imperatriz”, o jornalista Welbert Queiroz (2022) traz reflexões sobre as identidades de jornalistas negros em Imperatriz e os cargos ocupados por eles. Segundo dados levantados por Queiroz, 20% dos cargos ocupados são na assessoria de imprensa; 6,7% são redatores; 13% são repórteres. Chegando à conclusão de que, mesmo entre os jornalistas negros, os profissionais têm dificuldade de acesso aos cargos de chefia. Queiroz (2022) destaca ainda que os profissionais precisam enfrentar a discriminação para trabalhar dignamente.

O contexto que se debruça esse estudo é de acompanhar as memórias e trajetórias de seis mulheres negras e que são jornalistas na cidade de Imperatriz, com idades entre 22 e 35 anos. Fragmentos das histórias de vida dessas mulheres foram escutados. Em suas trajetórias, buscamos observar suas memórias em relação aos períodos mais significativos e marcantes de suas vidas.

O historiador Benito Bisso Schmidt aponta que o resgate de trajetórias individuais é normalmente utilizado pelos historiadores para iluminar questões ou contextos mais amplos, articulando os múltiplos fios que unem indivíduos e sociedade. Nesse sentido, cabe ressaltar que uma trajetória não necessariamente tem que ser do nascimento até a morte do indivíduo (Geller Junior apud Schmidt, 2018).

A análise das fontes é essencial na busca das formas como a memória restaura experiências vivenciadas. Histórias de vida assumem um papel organizador de eventos que marcaram uma trajetória, assim permitindo que a reconstrução da própria identidade possa determinar seu papel na sociedade e suas interações com as demais pessoas.

Halbwachs distingue a memória em individual e coletiva. A memória individual é influenciada pelas experiências pessoais, mas, mesmo assim, é condicionada pelos quadros sociais. Por exemplo, as lembranças de um indivíduo sobre um

evento familiar, como um casamento ou uma festa, estão impregnadas pelos significados compartilhados no seio daquele grupo social.

Já a coletiva é formada pelas experiências vividas por um grupo, como uma nação, uma comunidade religiosa ou uma classe social. Ela é preservada por tradições, narrativas e símbolos transmitidos ao longo do tempo. Halbwachs (1990) sugere que, sem a memória coletiva, as lembranças individuais perderiam sua coerência, pois é no contexto social que elas ganham significado.

Thomson diz que “memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas”, muito devido os relatos públicos no presente sobre o passado e suas mudanças. Como veremos nos casos das entrevistadas, que a memória não é apenas reconstituída em cruzamento com o presente, mas também em relação a um outro tempo e lugar. Canabarro (2019, p.17) destaca que “memória é um elemento fundamental para a construção das identidades”.

O capítulo seguinte irá apresentar o perfil e as trajetórias de seis mulheres, cujas identidades serão preservadas. Discorrendo sobre quem são elas, seus familiares, como foram na escola, como decidiram cursar Jornalismo e os desafios encontrados pelo caminho até o momento presente.

a. Eu me apaixonei pelo Jornalismo e segui até hoje

Trataremos aqui, inicialmente da trajetória da entrevistada A. Como mostrado em tópicos anteriores, o processo de rememorar busca sentidos e estabelece laços entre vivências e acontecimentos. Então, buscamos compreender esses elos entre as memórias e trajetórias, o que veremos nos parágrafos seguintes. Pollak nos diz que os lugares de memória são espaços físicos, simbólicos ou sociais nos quais as lembranças de eventos significativos, especialmente aqueles relacionados a traumas ou marcos históricos, estão ancoradas. Elas têm a função de perpetuar, reviver e negociar memórias dentro de um grupo ou sociedade. Assim, podemos começar a remar nas lembranças das mulheres ouvidas.

Nascida no dia 12 de julho de 1991, na cidade de Imperatriz do Maranhão. Começamos com memórias da infância e adolescência. O que foi mais marcante para ela durante esse período? Bem, ela conta que teve uma infância privilegiada, pois comparada a uma grande parcela da população, seus pais possuem ensino

superior completo, são professores, com isso pode ter um acesso a uma educação melhor. Apesar de ter vivido em bairros periféricos da cidade, ela teve uma infância feliz. E que, por frequentar colégios particulares, ser bolsista e morar na periferia, ela conta que:

“O mundo do bairro que eu cresci, que é um bairro periférico, o Bom Sucesso e esse mundo da galera, das pessoas mais abastadas, mais ricas, que era da escola. Então, na escola, só eu e meus irmãos éramos os únicos negros da escola.

E já aqui, eram os filhos de papai que estudam em uma escola particular. Então, eu estava sempre em dois mundos e nenhum dos dois ao mesmo tempo. Mas, foi uma infância feliz, uma infância privilegiada”.

Com 33 anos, jornalista, autodeclarada uma mulher negra, ela conta como o mercado de trabalho pode ser difícil, principalmente se você for mulher e negra, relata ainda que havia um racismo velado quando se trata do telejornalismo aqui em Imperatriz- MA, segundo ela “tem que alisar o cabelo, tem que seguir o padrão Globo. Existia, de fato, um padrão Globo que era um manual, e assim, cabelo crespo não estava incluso nesse manual”.

Segundo Bento (2022), o mercado privilegia profissionais que façam parte do “perfil branco”, que mudem principalmente as curvaturas dos seus cabelos, mudem sua aparência para se adequarem a esse padrão branco.

Um levantamento feito por Queiroz (2022) procurou entender as condições de trabalho em que se encontram as jornalistas negras na cidade de Imperatriz, e se essas profissionais identificaram racismo em suas rotinas de trabalho.

No Maranhão, conforme o artigo “Qual o lugar das jornalistas negras no Maranhão?”, diz que o mercado maranhense é composto majoritariamente por mulheres, que já sofreram algum tipo de discriminação.

Relembrando situações em que além da discriminação por conta de sua cor, seu cabelo, ainda havia a questão do etarismo, a descredibilização de seu trabalho por conta de sua idade, segundo ela:

“Então, eu nunca me encaixei nesses padrões. Eu já sofri várias situações de racismo, de chegar para entrevistar algum empresário, a secretária deles. Você que é jornalista? Não, não acredito que você é jornalista.

Até porque eu me formei muito jovem. Eu tinha 21 anos, né? Então, você imagina uma jovem mulher pretinha chegando para falar com o diretor e tal. Esse começo foi muito difícil”.

Em 07 de dezembro de 2024, nossa primeira entrevista, inicialmente perguntei a ela sobre sua família, e as memórias de sua infância e adolescência, como era na escola? Quais os acontecimentos mais marcantes? Durante os relatos, surgiram mais memórias, individuais e coletivas, algumas traumáticas, segundo ela, assim, trazendo uma diversidade de memórias.

“Acho que o episódio que me marcou muito quando eu era criança nessa escola particular e aí, minha mãe tinha arrumado meu cabelo tão bonitinho. Eu tinha esse cabelo crespo ainda. Chegando na escola particular para fazer as fotos da formatura, as professoras disseram, não, cabelo crespo não pode.

Cabelo crespo é feio. E aí, elas pentearam meu cabelo seco e aí, minhas fotos da formatura ficaram horríveis. E eu fiquei com esse trauma, não gostei de olhar as minhas fotos da formatura”.

Ao falarmos sobre a escolha do Jornalismo, indaguei se essa sempre foi sua primeira opção de carreira, e ela diz que seu sonho desde criança era ser escritora, mas devido aos incentivos ou alertas como: “você vai morrer de fome se for escritora”, ela resolveu se aventurar em uma área da comunicação social com habilitação em Jornalismo, curso novo na Universidade Federal do Maranhão, resolveu tentar e ressalta que se apaixonou pelo Jornalismo.

“Foi um choque de realidade pra mim. E foi justamente quando chegou o curso de Jornalismo aqui em Imperatriz. Eu falei, ah, é uma área interessante pra seguir porque eu posso continuar sendo escritora e escrevendo de formas diferentes. E eu me apaixonei pelo Jornalismo e segui até hoje”.

b. O maior desafio é conseguir equilibrar a carga de trabalho

Diferente da entrevistada A, ela não nasceu no Maranhão e sim no estado do Amazonas, em 27 de dezembro de 1995, na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

As lembranças de sua infância tranquila em São Gabriel surgiram, com muitas brincadeiras na vila militar, seu pai era militar da reserva, onde morou até os 8 anos. Logo após esse período, mudou-se para Imperatriz, dali em diante sua vida mudou totalmente: “Eu fui para Imperatriz, que era uma cidade um pouco diferente, né! Era uma cidade maior, tinha mais riscos, né? Não podia ficar, brincar na rua”.

Ainda falando sobre suas memórias de infância, entramos no assunto da época adolescente. Ela relembra que sempre foi tranquila, e que não se lembra de momentos de conflitos, como é comum na fase. Ao longo de nossa conversa,

resgatando as memórias da vida, ela sempre destacou a importância da sua família, as lembranças deles sempre unidos, o convívio com a família que se tornou grande, devido à proximidade com tios e primos.

Assim como entrevistada A, não pensava em cursar Jornalismo, inicialmente ela queria cursar História e ser professora, mas por influência do irmão mais velho decidiu cursar Jornalismo. Perguntei se tiveram muitos desafios durante a jornada acadêmica, e ela pontuou que a principal foi a questão financeira, que quase precisou desistir da faculdade por conta das dificuldades financeiras, até conseguir uma bolsa, que a ajudou a prosseguir no curso.

Hoje, aos 29 anos, jornalista, ela conta que os maiores desafios na trajetória profissional é a questão da carga horária de trabalho exaustiva, a falta de tempo para estar com familiares e amigos, situações que geram desgastes físico e emocional. E que seu maior sonho, hoje, é de fazer um bom trabalho.

“Eu não te digo, assim, que eu tenho um grande sonho, porque eu tive uma grande meta, né, que era conseguir sair de onde tava e vir para onde eu tô. Isso eu já, eu já acabei de, já realizei né!? Agora é continuar, assim, talvez, ir para outros espaços, ir para outros lugares, assim, e continuar fazendo o que eu posso fazer da melhor forma possível, sou exigente, e aprendendo também, da melhor forma possível, assim, e aproveitando a oportunidade. Continuar esse, o maior sonho, o maior desejo, viver de boas, e trabalhar de boas”.

Atualmente a entrevistada B trabalha para uma ONG socioambiental brasileira, que atua pelo fortalecimento de meios de vida sustentáveis.

c. Fiz o curso que eu queria fazer e estou ai até hoje

Nascida em 03 de abril de 1990, a entrevistada C relata que nunca conheceu seu pai biológico. Ela tem duas irmãs mais velhas. Nascida na capital federal, Brasília, veio com sua mãe e irmãs para Imperatriz ainda bebê. Ela cresceu por aqui e foi criada pelos avós maternos.

Ela conta que sua família tem uma trajetória ligada à educação, sua mãe biológica é professora, a tia e uma das irmãs também. Seu avô, em especial, foi fundador de uma escola no bairro Bacuri, chamada São Vicente de Paula. Ela ressalta que foi criada com princípios voltados à educação, seu pai/avô sempre fez questão que ela e as irmãs estudassem.

Lembra que sua infância foi muito humilde, mas que seu avô sempre assegurou que nunca as faltasse nada, “a gente era uma família muito humilde, não

passávamos necessidade, mas a gente não tinha luxos, a gente ia para a escola todo dia a pé”.

Aos 13 anos, perdeu seu avô, sua figura paterna. Mas continuaram a “saga” de estudar, a mãe a mudou com as irmãs para uma escola particular, até a conclusão do Ensino Médio. Esses foram um dos pontos que mais a marcaram na infância e adolescência, a dedicação que os pais tiveram com elas, principalmente em colocá-las para estudar. Segundo ela, “que foi o que me marcou, né? De muitas vezes sacrificar a nossa qualidade de vida para a gente ter educação”.

Hoje ela é casada e mãe de uma menina. E diz que investe na educação da filha, por querer fazer como a família fez por ela: “Isso me marcou muito, assim, essa questão de incentivar mesmo, tirar onde for possível para a gente estudar”.

Na escola sempre foi uma boa aluna, como ela disse: “sempre tive uma afinidade com essa parte de escrever e ler, gostava muito”. Quando perguntei se ela quis fazer Jornalismo, diferente das outras entrevistadas, a resposta foi sim. Ela contou que cresceu assistindo jornais, o que é um hábito que perdura até hoje, que sempre soube quem eram os apresentadores, gostava de ouvir rádio e assim começou a ter interesse na área, e com 13 ou 14 anos já pensava em fazer Jornalismo, e quando chegou o curso, ela não teve dúvidas.

A entrevistada C é da terceira turma de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Para ela, os maiores desafios durante a graduação foram o fato de ser um curso novo, não estruturado, a falta ou perda de professores, não havia laboratórios, não havia muita prática, além das longas greves.

No mercado de trabalho, ao longo dos 11 anos de carreira, hoje é repórter de TV ela diz que os maiores desafios enfrentados foram diretamente ligados a profissão em si, momentos que todos os jornalistas vivenciam, o fato de ser uma profissão desvalorizada, muitas vezes nas próprias empresas, a rotina exaustiva também é um ponto principal.

“É uma profissão que ela te exige, assim, muito, como é que eu vou dizer, muita dedicação mesmo, você tem que viver para aquilo ali, às vezes a tua família acaba ficando no segundo plano. Por exemplo, agora eu tenho uma filha pequena, então, assim, às vezes, os momentos que a gente poderia estar com a família da gente, a gente está aqui, essa é a parte, assim, que eu acho que é mais desafiadora da profissão”.

Encerramos nossa entrevista com a seguinte pergunta “Qual teu maior sonho e desejo relacionados a tua carreira e trajetória como jornalista”? Ela responde:

“Eu acho que o meu maior sonho hoje na minha carreira, assim, enquanto jornalista, é desacelerar, ter uma vida mais tranquila. Conseguir ficar mais tempo com a minha família, passear, uma coisa assim, de passar o fim de semana em casa, poder estar com a minha filha, geralmente eu tô aqui. {...} mas o meu sonho mesmo, assim, nessa carreira, depois de tudo isso, é poder viver uma vida mais tranquila, poder fazer essa escolha. Futuramente, eu tô me preparando para isso, o meu maior sonho é esse, é chegar o fim de semana em casa, e viajar com a minha família, são pequenos sonhos, né, mas que hoje não fazem parte da minha realidade, e a gente vai começando a pensar nessas coisas”.

D. Eu não sou muito de reclamar, mas minha história é assim

A entrevistada D começou nossa conversa me contando que foi a primeira de sua família a ingressar no ensino superior, e em uma instituição pública. Nascida em 19 de dezembro de 1990, ela se identifica como mulher preta.

Ao relembrar de sua infância, ela conta que estudou a vida toda em escola pública, e que começou a ir para a escola com 2 anos, aprendeu a ler muito cedo, com 4 anos. Lembra ainda que foi uma aluna mediana. Ela conta da importância do apoio e incentivo de sua mãe, que sempre foi presente em sua rotina e vida escolar.

“Então, eu era aquela aluna, e eu acho que isso é muito importante pontuar, eu era uma boa aluna com potenciais em desenvolvimento, mas desvalorizado pelo sistema educacional. Eu era uma aluna muito falante, eu falava muito, eu sempre fui muito criativa, eu sempre fui muito das artes manuais, eu sempre fui essa pessoa da área da criatividade.”

Um momento que a marca até hoje, quando vêm as memórias de infância, é da estrutura da escola que estudou as primeiras séries, ela recorda que lá não havia cadeiras o suficiente para todos os alunos, então os pais precisavam levar cadeiras de casa.

“A minha mãe não tinha, não tinha cadeira. Esperava chegar na escola e ter cadeira. E não tinha. Então, assim, teve um dia que para eu poder assistir à aula tiveram que pegar as panelas de merenda da escola e botar lá no chão para eu poder sentar. Então, foi aquele negócio, aquele auê de criança, aquela coisa que também me deixou muito constrangida, muito tímida, muito retraída. Então, daquele momento em diante eu me lembro, nessa época, foi o primeiro ano que fiz a alfabetização, eu ficava com vergonha de falar com os colegas, assim, dizer as coisas que eu não tinha vontade de dizer, as minhas ideias, porque me deixou muito retraída”.

A entrevistada sempre foi uma pessoa ativa, na escola foi líder de turma, participou de grêmio estudantil, foi jogadora de handebol. Ela ainda brinca: “fiz história nos esportes do Nascimento de Moraes, dancei quadrilha, então, minhas possibilidades se ampliaram muito”.

Enquanto falava de sua família, ela contou que seu avô foi um dos fundadores da feirinha do Bacuri, o avô era açougueiro, cearense, veio para o Maranhão no auge do garimpo. Imperatriz era passagem para a Serra Pelada-PA e por isso muitos migrantes acabavam ficando por aqui.

Aos 16 anos ingressou no ensino superior. Ela diz que fez o vestibular “obrigada pela minha mãe”, e a questionou que não sabia o que fazer quando chegasse na faculdade, e a mãe sempre dizia que quando D chegasse lá, ela saberia. Durante a graduação ela fazia parte de uma companhia de teatro, e era convidada para participar de atividades devido a isso, não pelo fato de ser estudante de Jornalismo. O ambiente acadêmico para ela não foi acolhedor, relembra que foi um momento difícil.

“Foi um ambiente muito difícil para mim, no sentido que eu fui muito desacreditada dentro da universidade. Não, eu acho que não tem nada a ver contigo, porque tu é do teatro. Olha como é que é engraçado. Para o mercado, era muito interessante que eu fosse do teatro, muito mais do que eu fosse da universidade. E para a universidade era um problema eu ser do teatro. Porque eu era a menina do teatro, eu não era uma acadêmica. E eu realmente nunca fiz um perfil de acadêmica”.

Algumas memórias traumáticas surgiram durante a entrevista, relacionadas aos anos na Universidade, ela comenta que chegou a desistir de cursar Jornalismo, devido a esses traumas causados por uma docente. Pollak (1989) reflete, em “Memória, esquecimento e silêncio”, sobre memórias fragmentadas, que surgem quando se passa por um evento traumático, são lembranças dolorosas, nada fáceis de relatar ou superar.

Atualmente, a jornalista mora fora de Imperatriz. Quando falamos do mercado de trabalho, ela relembra a trajetória desafiadora. Em uma cidade nova, recém-formada, em um mercado que é difícil ingressar sem conhecer ninguém. Mas, com persistência ela foi trilhar sua carreira, porém “não foi fácil, foi muito difícil conseguir me inserir no mercado, teve um período que passei seis meses sem trabalho”.

Apesar de todos esses desafios, não desistiu de seus planos e seguiu tentando, segundo ela: “Muito do reflexo das situações que passei na Universidade,

eu achei que Imperatriz não cabia nos meus sonhos”. “Sair de Imperatriz abriu horizontes, trouxe possibilidades e network, além de se especializar mais. Foi um caminho muito difícil, mas, ao mesmo tempo, transformador”, avalia. Hoje ela tem sua empresa, uma agência especializada em assessoria de imprensa e marketing jurídico, que atua principalmente na área do varejo.

A entrevistada trouxe um ponto relacionado ao mercado de trabalho. Para ela, um ponto que “pesa” nesse mercado é a questão da idade, segundo ela, quando você é uma mulher jovem. Ela relata que ao iniciar sua carreira no serviço público sentiu de perto a descriminalização de seu trabalho, e a falta de respeito devido sua pouca idade. “Era muito difícil que alguém me respeitasse no meu ambiente de trabalho, que respeitasse as minhas ideias”.

O trabalho exaustivo, remunerações não proporcionais em relação à carga horária, doenças causadas pelo ambiente de trabalho, todos esses relatos ditos pela entrevistada. “Eu trabalhei na prefeitura de São Luís e foi a pior a experiência de todas, eu levava três meses para receber”.

Ao falar dos desafios na carreira, ela destaca ainda que pelo fato de ser mulher é ainda mais desafiador, quando nos cargos de liderança se têm homens majoritariamente homens brancos. E que em ambientes que se tem uma líder mulher, se torna difícil pelo fato de ser jovem, aos 29 anos decidiu abrir sua empresa.

Um ponto marcante em sua vida e de muitas mulheres negras, é o cabelo. Quando as mulheres negras contam as histórias de seus cabelos, surgem novamente memórias dolorosas. Elaine Carvalho, ao abordar a identidade da mulher negra através do cabelo (2015), conta que “a primeira mudança que a menina negra procura fazer na sua imagem, isso feito para poder ter aceitação entre outros estudantes é o alisamento”. Assim como relatou a entrevistada D, que ao entrar no ensino médio, ela alisou os cabelos. “Eu saí da menina feia da escola, para *it girl*, automaticamente”.

Ainda no assunto estético, ela me relatou que foi a partir de outras vivências que começou a se entender. “Ser uma pessoa preta parte muito do seu entendimento sobre si mesma”. E cita a importância da representatividade e referência. “Olhar para outras pessoas, mulheres de cabelo crespo, cacheado e dizer, caramba, eu quero ser igual a ela, eu fico muito feliz porque na minha época não tinha, elas tinham o cabelo alisado”. Aos 29 anos decidiu mudar, segundo ela, já

se entendia como mulher preta e queria “aos 30 anos estar vestida mim”. Então, veio a transição capilar.

“Eu cortei o cabelo e a partir dali eu passei a ser uma mulher preta vista pelos outros. Até então eu era a moreninha, a meio índia. Por isso, a gente fala muito que a leitura social do que é preto, de quem é a pessoa preta, é o que define teu espaço em muitos momentos”.

E. Uma das coisas que marca é o cabelo

Nascida em Coroatá, Maranhão. No dia 03 de maio de 1990. Ao falar sobre sua infância, logo veio a lembrança dos seus cabelos. Desde muito cedo, ela e suas 4 irmãs alisavam os cabelos. “Assim, desejo nosso, influência de ter um padrão de beleza estabelecido, que a gente sabe que tinha na época”. Aos 11 anos aconteceu o primeiro alisamento, por influência do pai, que é negro, mas que segundo ela, tinha um outro padrão de beleza.

Ela conta que durante a sua infância não teve referências de identidade. Hall (2006) concebe a identidade como um processo dinâmico e em constante construção, rejeitando a ideia de uma identidade fixa e essencialista. Para ele, a identidade é construída por meio da cultura, das relações sociais e dos discursos, sendo marcada por múltiplas identificações e pela influência de contextos históricos.

Então, a partir disso, a entrevistada lembrou-se de um ocorrido em sua infância sobre identidade, quando não se tem uma referência em casa, mesmo que haja familiares negros, mas sem conhecimento, se torna mais difícil.

“Teve uma atividade na escola que era justamente sobre identidade. E perguntava como eu me identificava. E aí, ela tinha as opções de marcar se você era branco, negro, índio, né? Quem dera esse termo. E tinha as raças, né?”

Aí, sim, quando eu estava no momento que marcou da sala de aula, tinha as opções para marcar. E aí, eu respondia que eu era... Para a professora, que eu era morena. Ela falou, não existe morena. Só tem branco, pardo e negro. E eu falei, não, mas sou morena. E ela insistia em dizer não. E ela era bem firme, para não dizer grossa. E ela repetia as opções. E aí, meio que ela obrigou a marcar negra. Então, aquilo, tipo assim, é como se fosse uma ofensa. E na época, há 20 anos atrás, era uma ofensa, né? Para quem não tinha referência de identidade. Então, isso marcou muito, até entender.”

Sempre estudou em colégio público, durante sua trajetória na escola, era aluna tranquila, segundo ela, daquelas que sentavam na frente, fazia as atividades todos os dias. “Esforçada e sempre tentei mesmo dar o meu melhor, apesar das limitações”.

Sobre a escolha do seu curso superior, inicialmente era de cursar Psicologia. Mas não tinha o curso na cidade. Então, seu foco era cursar universidades públicas

de Imperatriz, devido condições financeiras. A decisão de cursar Jornalismo foi quando participou de um seminário de profissões realizado pela escola, na ocasião foram visitar algumas emissoras e rádios da cidade, visitaram também o curso e, então, surgiu a oportunidade de vestibular e optou por Jornalismo, também fez vestibular para UEMA, onde tentou uma vaga para o curso de História.

Os maiores desafios que encontrou durante a graduação, foi se manter estudando, o fato de o horário do curso ser vespertino foi um problema dificultou conciliar trabalho e estudo. Teve ajuda financeira das irmãs que já trabalhavam, para suprir as necessidades da faculdade, como gastos com apostilas.

Sobre o mercado de trabalho, perguntei os maiores desafios para se inserir, e sendo uma mulher preta. Ela pontua que imagem e gênero são determinantes em alguns pontos. “Não por você ser mais jovem, por você ser mulher, e talvez, até negra, né? Nunca achavam que eu poderia ser a chefe”. Destacou casos em que desacreditavam que ela chefiava um setor de Jornalismo de uma emissora. Atualmente trabalha com assessoria de comunicação em um órgão público.

F. Durante a minha infância eu mesma acabei fazendo minha própria terapia

Nascida em 11 de fevereiro de 2002, na cidade de Santa Inês, no Maranhão, a entrevistada F relembra que sua infância foi marcada por muitas brincadeiras, de muitas conversas, principalmente na porta de casa com vizinhos.

“Apesar de não estar na rua correndo, mas a minha infância, uma coisa que marca muito a minha infância é essa coisa de sentar na porta com os meus vizinhos mais velhos, ficar conversando com eles, de assistir televisão dentro desse ponto”.

Outra lembrança marcante que a entrevistada pontua sobre a sua infância, foi o momento de sua formatura ABC, cujo tema era princesa da Disney. Na época em questão ainda não existiam princesas negras, então ela lembra que não participou.

“Ainda não se falavam das princesas negras da Disney, era só Cinderela, Branca de Neve. E aí quem eu ia ser? Eu não fui ninguém, isso foi uma coisa que me marcou muito, inclusive é um ponto que eu queria muito, ter formatura. Porque eu nunca tive, foi uma barreira, assim, era isso”.

Sobre sua adolescência, diz ter sido mais tranquila. Foi mais retraída e disse que nessa época sabia com propriedade quem realmente era. Ela conta que isso aconteceu devido, durante sua infância, ter que enfrentar seus dilemas sozinha.

“Porque eu acho que durante a minha infância, eu mesma, que eu assumo, acabei fazendo minha própria terapia, e quando eu me deparei com a adolescência, eu simplesmente coloquei na minha cabeça de que as pessoas iriam ter que gostar de mim do jeito que eu era, quem fosse pra ser meu amigo de verdade ia ser meu amigo do jeito que eu era, com todas as minhas condições financeiras, de aparência, quem fosse gostar de mim”.

Na escola, era uma aluna “muito boa”, mas que se cobrava muito. Segundo ela, recebia reclamações que conversava bastante. Estudou boa parte da infância em escola particular, mas não se dava muito bem com os alunos, além do seu pequeno grupo de três crianças negras.

“Era como literalmente, você entrasse no filme, na sala de aula, era como quase uma segregação. Era nós três sempre juntos e a outra turma lá, que de vez em quando se interagia, às vezes não, mas nunca era no mesmo nível, entendeu? Tinha essa muralha”.

A escolha de cursar Jornalismo não era seu sonho, ela disse que seu sonho desde criança era cursar Direito, que sempre se imaginou uma advogada. “Sendo advogada de causas sociais, me tornando juíza, eu sempre tive essa meta em mente”. Mas no Ensino Médio foi conhecendo outras profissões, e, a partir dali, começou a cogitar, já que sempre pensou em fazer uma graduação e que não fosse desistir.

Na terceira série do Ensino Médio, após ouvir comentários de dois professores, em momentos diferentes, que deveria ser jornalista, foi então que resolveu tentar. Com isso, veio para Imperatriz, distante 384 km de Santa Inês, sua cidade natal. A maior dificuldade enfrentada por ela nesse período foi a distância da família. Segundo ela, estar em uma cidade diferente, longe, onde não se conhece ninguém, ter que muito nova construir uma vida longe do seu núcleo familiar, o quanto foi desafiador e difícil.

“No começo foi muito difícil, eu lembro que até eu me acostumar, a minha cabeça ficou bem fraca mesmo. Eu chorava sem ninguém ver, porque eu sabia que eu precisava ser forte. E que uma hora ia dar certo. Acho que a maior dificuldade foi essa. Não foi nem tanto a vida acadêmica, mas a vida de conciliar, o não ter a sua base perto de si”.

Já recém-formada, atuando na área de assessoria de comunicação e social media há pouco mais de um ano, eu pergunto sobre os maiores desafios enfrentados no mercado de trabalho. Ela relata que:

“Um dos maiores desafios é que realmente é uma frase que, uma vez, eu vi que você só aprende quando você está no exercício da função. Porque a gente tem a prática, tem a teoria, mas quando você vai para o mercado de trabalho, às vezes a metodologia da empresa é totalmente diferente do que você aprendeu. Então, eu acho que um dos maiores desafios no meu, assim, na área que eu trabalho atualmente, na assessoria de comunicação de uma faculdade, é ter muitas vezes que lidar com novas coisas que eu aprendi na faculdade de um jeito, mas que dentro das doutrinas, assim, entre as normas da instituição, são feitos totalmente diferentes”.

Apesar de nova no mercado de trabalho, ela fala de seus sonhos ligados à sua carreira. Um de seus maiores sonhos relacionados à área profissional é de conseguir executar um bom trabalho, fazer com excelência o que aprendeu na academia, e independente do lugar que for exercer o seu trabalho, ser reconhecida em sua trajetória como uma boa profissional, que honra os compromissos de sua carreira.

“Independente de qualquer lugar, do lugar que esteja trabalhando, você está bem posicionada, eu acho que o meu sonho é eu estar bem posicionada, de as pessoas olharem e falarem, realmente ser reconhecida. Então, acho que o meu sonho é ser reconhecida, independente de qualquer função, mas ser reconhecida como bom profissional no que eu faço”.

Observa-se durante as entrevistas um ponto em comum nos relatos das jornalistas: as seis destacam, desde o início das entrevistas, o apoio de suas mães durante toda trajetória delas, situação que evidencia a importância da sororidade, da empatia e companheirismo nas relações entre mulheres e o quanto esses vínculos fortalecem as aquelas que podem vivenciar violências e descasos.

Outro aspecto marcante e muito levantado por elas é a ligação com a educação. Todas vieram de famílias simples, sem grandes recursos financeiros. Algumas frisam que foram as primeiras da família a cursar o ensino superior e isso aconteceu devido ao incentivo familiar, para que buscassem um futuro melhor. A educação, nos casos relatados, ajudou as mulheres jornalistas, que se autodeclaram pretas, a terem mais consciência dos seus direitos e a lutarem por dignidade, favorecendo também a mobilidade social e as conquistas econômicas.

Das seis entrevistadas, três delas relatam questões relacionadas ao preconceito sofrido durante a infância, ao longo da vida e no ambiente de trabalho, o fato de pessoas criticarem a aparência delas, os cabelos e duvidarem que elas são

jornalistas, se podem ser competentes ou não. Outras três relatam nunca terem passado por situações parecidas, seja na infância ou atualmente, muito menos no trabalho, alegam nunca terem sido vítimas de racismo ou sexismo.

Alguns assuntos não foram abordados pelas entrevistadas, como questões salariais, discussões sobre mulheres receberem menos que homens no exercício do mesmo cargo. Também não tocaram em outros assuntos sensíveis e graves, como o assédio moral ou sexual no espaço de trabalho, principalmente no contexto delas, que são mulheres com carreiras recentes.

Em resumo, são mulheres de origem e vivências semelhantes, de famílias pobres, mas que investiram na educação para melhorarem de vida. Mesmo assim enfrentaram dificuldades durante a jornada acadêmica para buscar uma educação de qualidade, um dos desafios foi a questão financeira, de conciliar o estudo com a necessidade de trabalho. Apesar das barreiras sociais e financeiras, conseguiram finalizar o curso de Jornalismo.

A presença de parte delas em coletivos feministas e antirracistas, o reconhecimento do preconceito através dos relatos e a ocupação de espaços que a sociedade insiste em dizer que não pertence a elas, são formas de resistência construídas por parte das profissionais. As escolhas das mulheres pretas ouvidas podem ser inspiração para outras mulheres jornalistas, que irão entrarão futuramente nos cursos de Jornalismo ou Comunicação Social e que podem continuar a luta contra o racismo estrutural, detectados nas relações familiares, nas falas de agentes públicos, nos vínculos entre funcionários e empregadores e na estrutura de trabalho excludente e opressora que ainda é vigente, quadro que prejudica especialmente a população feminina.

5. Considerações finais

A pesquisa buscou compreender as trajetórias construídas por jornalistas que se autodeclararam negras em Imperatriz, no Maranhão, e trouxe discussões sobre raça e gênero, como uma mulher preta, na profissão de jornalista, enfrenta problemáticas para conquistar seu espaço no mercado de trabalho local.

Utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental para embasarmos o estudo. Realizamos entrevistas estruturadas, com questões previamente definidas, entretanto valorizamos a abertura ao diálogo maior com as mulheres durante as entrevistas. Utilizamos um gravador de voz como recurso para gravar os relatos.

O método biográfico permitiu entender as narrativas dessas mulheres, capturando histórias de vida e memórias individuais e coletivas e reflexões sobre como entraram no mundo do jornalismo, destacando os desafios enfrentados.

As discussões foram orientadas principalmente pelos conceitos de jornalismo (Santos, 2018), de “lugares de Memória”, de Pierre Nora (1993) e “memórias e identidade social” de Michael Pollak (1992). Foram feitas discussões sobre jornalismo, sociedade e racismo estrutural.

A pesquisa identificou as dificuldades vivenciadas pelas mulheres, como o racismo presente na vida de quase todas as profissionais entrevistadas, além do apoio da família para que elas buscassem uma graduação e uma vida melhor, ou seja, valorizaram a educação para transformar vidas.

Constrangimento vividos desde a infância, o preconceito relacionado a padrões estéticos e a competência questionada por conta da raça foram lembrados, ou seja, são acontecimentos, além de outros, que atestam o racismo estrutural presente, muitas vezes veladamente, outras não, nas relações sociais. Esses quadros, vivos nas memórias dessas mulheres, foram documentos pela pesquisa para que não sejam esquecidos e possam ser novos pontos de partida para o combate à violência sofrida pelas profissionais.

Ao fim destes relatos, pude me enxergar em diversas falas. Algumas narrativas me trouxeram memórias e comoção, pois como todas elas, sou uma mulher negra, jovem, então pude me ver retratada em situações que elas contaram. Questões como o racismo velado, das desigualdades sofridas duplamente por serem mulheres e pretas, me fizeram refletir sobre acontecimentos que muitas vezes passei, mas demorei a perceber do que se tratava realmente.

Com isso, finalizo este trabalho trazendo reflexões sobre como ser mulher, preta, na profissão de jornalista, principalmente porque existem diferentes desafios e problemáticas, como podemos notar nos relatos das profissionais nesta pesquisa. Mas também percebi como as memórias são importantes para trazer análises que muitas vezes passam despercebidas. Outro destaque são as lembranças que

mostram o quanto as jornalistas enfrentaram as dificuldades e buscaram superá-las, porque elas entendem que têm protagonismo em suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS

A, Entrevistada. Entrevista realizada via Google Meet, no dia 07 de dezembro de 2024, pela pesquisadora Aline Xavier.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

AMORIM, Janaina lopes de. O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz. 2021. 119 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado em Comunicação - PPGCOM CCSST (Campus Imperatriz)) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

B, Entrevistada. Entrevista realizada via Google Meet, no dia 16 de dezembro de 2024, pela pesquisadora Aline Xavier.

BARBOSA, Marialva. Memórias improváveis ou impossíveis? Restos de vida em diálogos comunicacionais. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 36, n. 78, 2023. Disponível em: SciELO Brasil. Acesso em: 17 jan. 2025.

BENETTI, Márcia; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Para Entender o Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2010.

BONIN, Jiani Adriana. Mídia e memórias sociais: recepção midiática e configurações de memória italiana (RS). Contracampo, n. 20, p. 80-95, 2009. Disponível em: Periódicos UFF. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

C, Entrevistada. Entrevista realizada presencialmente, no dia 08 de janeiro de 2025, pela pesquisadora Aline Xavier.

CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (orgs.). Pensamento Negro Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARVALHO, José Jorge de. Ações afirmativas no Brasil: o ensino superior em questão. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 13-44, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

D, Entrevistada. Entrevista realizada via Google Meet, no dia 13 de janeiro de 2025, pela pesquisadora Aline Xavier.

DEL VECCHIO DE LIMA, M. R.; SILVA SANTOS, C.; RASERA, R. Memória jornalística e protagonismo feminino: a mulher na redação e gestão de um jornal regional. *Intexto*, n. 55, 2023. Disponível em: Seer UFRGS. Acesso em: 26 dez. 2024.

E, Entrevistada. Entrevista realizada via Google Meet, no dia 30 de janeiro de 2025, pela pesquisadora Aline Xavier.

F, Entrevistada. Entrevista realizada via Google Meet, no dia 02 de fevereiro de 2025, pela pesquisadora Aline Xavier.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Estudos Feministas, 1988. Disponível em: . Acesso em: 29 jan. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2020*. Brasília: IPEA, 2020.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

MUSSE, Christina Ferraz; HENRIQUES, Rosali. História e memória da mídia na pesquisa contemporânea brasileira. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 36, n. 78, 2023. Disponível em: SciELO Brasil. Acesso em: 17 jan. 2025.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2004. Disponível em: . Acesso em: 29 jan. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3-15, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1907>. Acesso em: 26 dez. 2024.

QUEIROZ, W. S. A pele que habito: a construção da identidade profissional dos jornalistas negros em Imperatriz – MA. 2022. 104f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

SANTOS, Janice. Jornalismo e Diversidade: Reflexões sobre Representatividade na Mídia Brasileira. São Paulo: Cortez, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: Estudos Históricos, v. 10, n. 19, 1997. p. 14–15. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura: A Comunicação e seus Produtos. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 341-364, 2002. Acesso em 19 de janeiro de 2025.

VON PLATO, Alexander. Mídia e memória: apresentação e 'uso' de testemunhos em som e imagem. Revista Brasileira de História, v. 31, n. 61, p. 165-178, 2011. Disponível em: SciELO Brasil. Acesso em: 17 jan. 2025.

ANEXO

Roteiro de entrevistas realizadas com as fontes, no período de Dezembro de 2024 a Fevereiro de 2025.

Início: Olá, tudo bem? Qual é o seu nome e sua idade?

1 - Você se identifica como mulher preta?

2 — Qual o nome dos seus pais? E seus irmãos?

3 — De que cidade você é, e sua data de nascimento?

4 — Bem, gostaria inicialmente de saber um pouco mais sobre a sua trajetória. Você se lembra como foi sua infância e adolescência? E os momentos mais significativos

— 5O que mais te marcou?

6 — E como você era na escola? Quais os momentos mais marcantes na escola?

7 — Você sempre quis fazer jornalismo? Me conta como foi a escolha dessa área.

8 — Quais os maiores desafios você considera que enfrentou durante a jornada acadêmica, e agora?

9 — E no mercado de trabalho?

10 — Qual seu maior sonho e desejo, relacionados à sua carreira e/ou trajetória como jornalista?